

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

26 DE NOVEMBRO DE 2016



1. APROFUNDAMENTO DA CRISE INTERNACIONAL

A vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América (EUA) é tanto um sinal extremo da crise internacional como um fator da sua aceleração. A saída reacionária é estimulada pela crise da globalização capitalista nas suas múltiplas facetas, da economia, guerra, migrações e ambiente.

Trump apresentou-se habilmente como “antissistema”, face a Hillary Clinton, um dos rostos do status quo e do poder da finança americana. O republicano ganhou as eleições, ainda que com menos 2 milhões de votos, ao conquistar a maioria dos superdelegados sobretudo em estados que eram habitualmente feudos dos democratas, onde a globalização destruiu muitos empregos na indústria.

No momento seguinte à eleição escolheu como interlocutores a extrema-direita europeia (Nigel Farage e Marine Le Pen) e está a reunir um gabinete de racistas, misóginos e xenófobos. O seu programa político vai-se definindo: todo o poder a Wall Street, que passou a campanha a atacar, e medidas de liberalização de capitais combinadas com medidas protecionistas para aumentar o domínio americano. A maioria republicana no Congresso e Senado, reconfirmada nestas eleições, reforçam os perigos do belicismo, da violação dos direitos humanos, designadamente contra imigrantes e refugiados, e de ameaça vital ao ecossistema do planeta, já enunciadas por Trump.

Depois do Brexit, onde a direita ultranacionalista teve papel, e dos governos proto-fascistas na Hungria e Polónia, a eleição de Trump dá mais fôlego à extrema-direita e à xenofobia na Áustria, na Holanda, na Alemanha e em França. Na Turquia, a perseguição do regime de Erdogan à oposição, com prisões maciças e eliminação da imprensa livre, consolida o regime autoritário.

O diretório europeu responde com o aprofundamento das políticas que limitam a democracia. A imposição do acordo comercial CETA, sem aprovação dos parlamentos nacionais, aumenta o poder das corporações multinacionais contra as escolhas democráticas de cada Estado. O regresso do debate sobre um possível exército europeu alimenta a escalada belicista e militarista na Europa.

Simultaneamente, o fracasso da conferência de Marraquexe - COP 22 na imposição de regras vinculativas

para que as metas do Acordo de Paris sobre aquecimento global sejam alcançadas faz disparar a ameaça ambiental e veio dizer ao mundo que o bloqueio Trump é real.

A degradação climática, evidente em 2016, terceiro ano consecutivo em que se bateu o recorde histórico de temperatura anual, está directamente relacionada com a emissão de gases com efeito de estufa e com a exploração de combustíveis fósseis. A margem de actuação para evitar o caos climático reduz-se perante a força das petrolíferas e o tempo escasseia para uma resposta eficaz e que permita um futuro viável. As declarações de António Costa em Marraquexe, afirmando que Portugal será carbono neutro em 2050 terão de ser cobradas imediatamente, começando pela anulação das 15 concessões de petróleo e gás em Portugal. Foi isso mesmo que se pediu nas ruas de Lisboa e Porto a 12 de Novembro, na manifestação “Salvar o Clima, Travar o Petróleo”, em que o Bloco participou, em articulação com dezenas de outros movimentos, associações e partidos. É necessária uma convergência social urgente para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, para apoiar a construção de um grande movimento global pela justiça climática.

A decisão do governo espanhol de autorizar a construção de um cemitério de resíduos nucleares em Almaraz, sem sequer prestar qualquer esclarecimento ao governo português é inadmissível. O Estado Português não pode deixar esta situação continuar, desrespeitando-se as vontades das populações quer de Portugal, quer de Espanha, e a posição unânime do Parlamento português, exigindo o encerramento da Central Nuclear.

Face às ameaças, a esquerda só pode reagir com a radicalidade da alternativa: pela democracia, pela paz, pela igualdade de género, pelos direitos humanos, pela justiça social e pela justiça climática.

2. DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO MONETÁRIA

As revelações recentes do acordo secreto entre o governo francês e a Comissão Europeia para o não cumprimento das metas do Tratado Orçamental, mantendo um discurso público de exigência de cumprimento para os países da periferia do euro, apenas comprovam que as regras europeias são a mentira económica e a fraude antidemocrática.

A falta de credibilidade e legitimidade das instituições europeias e dos seus tratados têm consequências nas disputas políticas em curso nos vários estados europeus. As eleições presidenciais francesas em maio de 2017 refletem esta tensão, mas ainda antes se poderá colocar a questão da sobrevivência do euro. Em Itália, a 4 de dezembro, é referendada uma reforma constitucional em que o governo Renzi aposta a sua continuidade e a das medidas de austeridade em curso. Se perder, como as sondagens apontam, terão lugar eleições legislativas em que os principais partidos da oposição se apresentam como favoráveis à saída de Itália da zona euro.

A crise bancária e a crise de dívida pública em Itália juntam-se às crises dos países da periferia do euro e tornam a situação da União Monetária mais instável a cada dia. Com o peso da economia italiana na zona euro, uma eventual saída da Itália do euro poderá ditar o fim da moeda única.

É hoje essencial que a esquerda europeia responda de forma solidária e articulada pela alternativa à União Monetária e também que o nosso país se prepare para as dificuldades que se adivinham. Portugal está excessivamente exposto a choques externos, quer pela pertença à zona euro e pela dívida pública elevada, quer pelo processo de privatizações e de reconfiguração da banca que colocou em mãos estrangeiras os seus setores estratégicos.

O governo e a maioria parlamentar são chamados ao difícil debate político acerca dos recursos soberanos a mobilizar para proteger Portugal dos choques externos e da dinâmica de desintegração da União Europeia, numa fase de grande instabilidade política e económica na Europa e no mundo.

3. CONGRESSO DO PARTIDO DA ESQUERDA EUROPEIA

O Partido da Esquerda Europeia (PEE) reúne-se em Congresso de 16 a 18 de dezembro de 2016, em Berlim. Esta plataforma, com esquerdas diversas, representa o programa mais avançado a nível europeu para a perspetiva socialista e tem sido um importante fórum de conhecimento e partilha de experiências.

Contudo, o PEE vive um momento difícil. Nele refletem-se as tensões e contradições internas de muitos partidos-membros confrontados com respostas complexas à vaga conservadora que atravessa a União Europeia e a Inglaterra. Prejudica significativamente o PEE a ausência de demarcação com o governo grego, dirigido pelo Syriza, que aceitou aplicar um terceiro resgate ao seu país, acompanhado de um memorando de austeridade e privatizações. Este facto é tanto mais relevante quanto o PEE apresentou anteriormente Tsipras como candidato

a presidente da Comissão Europeia e apoiou sem tréguas a caminhada do Syriza até ao governo. Para agravar o quadro de dificuldades, regista-se que, seguindo o apelo de Tsipras, parte do PEE preconiza uma convivência muito próxima com o Partido Socialista Europeu, ele próprio no pântano do presidente francês François Hollande e a desastrosa coligação do governo com a chanceler alemã Angela Merkel.

A principal crítica que se pode fazer ao documento político preparatório do Congresso é que o que é mais importante para a conduta da esquerda europeia não está incluído no seu teor, ou seja a omissão da análise e crítica à atuação do governo grego. A linha programática do documento expressa uma plataforma entre posições diferentes quanto à União Europeia, não invalidando nenhuma em especial. Não se trata assim da linha europeia do Bloco de Esquerda, mas de um compromisso alargado entre várias esquerdas. É, neste sentido, que a Mesa Nacional indica um voto favorável, embora crítico, dos delegados do Bloco de Esquerda ao Congresso.

O Bloco de Esquerda, como membro fundador do PEE, participará no seu Congresso, consciente de que o alargamento necessário das convergências democráticas em todo o continente não põe em causa o programa da esquerda socialista e a sua autonomia política. Reconhecemos também o valor a outros movimentos sociais e políticos para além do PEE, como é o caso do “Plano B para a Europa”. Esta plataforma tem tido um desenvolvimento político assinalável, tendo abandonada as propostas federalistas iniciais e reconhecendo hoje a irreformabilidade dos tratados europeus e a responsabilidade da esquerdas para a construção de um novo modelo de cooperação europeia. O apoio aos vários movimentos que se levantam à esquerda na Europa é um esteio para o reforço das resistências populares ao austeritarismo e à xenofobia.

O combate ao Tratado Orçamental, núcleo central das políticas de austeridade e desigualdade social, é mais sentido no Sul da Europa e nos países intervencionados pela troika. Esse contexto torna insuficiente a intervenção do PEE, focado em questões mais gerais, e recomenda a articulação das esquerdas de vários países que objetivamente querem revogar esse tratado e questionam a União Europeia como um todo.

4. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2017

O Orçamento do Estado para 2017 é marcado pelo choque frontal entre as aspirações populares de recuperação da economia e do emprego e a chantagem europeia em torno do pagamento da dívida e do cumprimento do Tratado Orçamental.

O investimento público está estagnado para permitir

cumprir metas de redução de défice sem reestruturação da dívida. Este esforço é duplamente pernicioso já que, para além de impedir investimento fundamental na criação de emprego e requalificação de serviços públicos, mantém a trajetória de crescimento da dívida pública. O excedente primário das administrações públicas de 5 mil milhões de euros, previsto para 2017, é o recorde europeu. Mas, ainda assim, é insuficiente para fazer face à despesa anual de mais de 8 mil milhões de euros só em juros da dívida pública.

O comportamento da economia portuguesa, com um crescimento tímido, mas que é o maior crescimento da zona euro no 3º trimestre do ano, e baixas de desemprego limitadas mas consistentes ao longo do ano, provam que a recuperação de rendimentos do trabalho dá frutos. O maior risco para o país é a dívida pública. A sua reestruturação é cada vez mais urgente. O reconhecimento pelo ministro das Finanças da necessidade de um abatimento dos juros é importante mas claramente insuficiente. Pretender que mesmo esse abatimento seja feito apenas quando e se a União Europeia deixar, expõe mais o país à instabilidade internacional e europeia.

O Bloco de Esquerda, reconhecendo com preocupação as limitações do Orçamento do Estado para 2017, reconhece também que cumpre o acordo feito há um ano para parar o empobrecimento em Portugal e avançar na recuperação dos rendimentos. Assim, uma vez que as votações na especialidade aprofundam esse caminho, o Bloco votará favoravelmente o documento.

Este é o segundo orçamento, negociado no quadro da atual maioria, recupera rendimentos do trabalho e põe termo a todas as medidas contra a Constituição criadas pela direita. Este percurso só é possível graças aos acordos feitos após as eleições de Outubro de 2015 e nunca aconteceriam num cenário de maioria absoluta do PS.

Hoje o país discute o ritmo de recuperação de rendimentos e não a intensidade dos cortes. A direita, numa tentativa de esconder o seu programa austeritário de sempre, oscila entre denunciar como irresponsável o aumento das pensões e exigir aumento maior. O Bloco de Esquerda, que assumiu desde início a postura consistente de negociar o orçamento com o governo e tendo em conta o apoio parlamentar à esquerda, recusa a hipocrisia das propostas de PSD e CDS.

O trabalho empenhado dos últimos meses permitiu ao Bloco de Esquerda uma preparação detalhada do Orçamento, nos grupos constituídos por acordo e nas reuniões setoriais. Na negociação da proposta inicial como no acordo posterior para propostas de especialidade, o Bloco garantiu conquistas importantes como o aumento das pensões, prioridade aos rendimentos mais baixos no fim da sobretaxa, reposição e alargamento de apoios e prestações sociais, taxação das grandes fortunas imobili-

árias e medidas de combate à precariedade.

O acordo para o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) pelo menos até aos 600 euros nesta legislatura, que permitirá um aumento mínimo para os 557€ já em janeiro de 2017, é outra medida essencial de recuperação de rendimentos, que se junta às medidas orçamentais. Face à pressão da Comissão Europeia, das confederações patronais e mesmo da UGT, para um congelamento do SMN, o acordo que o Bloco alcançou na posição conjunta com o Partido Socialista provou ser a mais forte garantia de um aumento não inferior a 5% ao ano do SMN.

É no entanto necessário reconhecer que, mesmo no quadro das posições conjuntas, este Orçamento do Estado é ainda um trabalho incompleto. Matérias centrais como a reposição da progressividade dos escalões do IRS e o descongelamento das carreiras e salários da Função Pública permanecem remetidas para 2018. Há ainda matérias que, sem acordo com o governo e o PS, o Bloco de Esquerda levou a votos no debate da especialidade, destacando-se as medidas de combate ao privilégio e a exigência de transparência: é o caso de avanços mais determinados no combate às rendas na energia, do fim das exceções ao estatuto de gestor público e da eliminação da norma que desresponsabiliza os autarcas por decisões ilegais.

5. PRIORIDADES IMEDIATAS: LUTA DOS TRABALHADORES, DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COMBATE À PRECARIIDADE, À XENOFOBIA E AO RACISMO

Portugal vive hoje uma grave situação de degradação dos serviços públicos. Nos transportes públicos, como nas escolas, tribunais ou hospitais, vivem-se as consequências dos anos de desinvestimento e ataque da coligação de direita, mas também as atuais insuficiências no investimento público.

Uma das áreas em que a governação menos se distanciou do anterior governo é a saúde. É necessário acabar com a contratualização excessiva com o setor privado, para proteger o Serviço Nacional de Saúde. Internalizar os meios de diagnóstico e reverter para a gestão pública os hospitais em PPP é a prioridade; o negócio privado da saúde não pode florescer à conta do Estado e estrangulando o SNS. O Bloco de Esquerda opõe-se frontalmente ao caminho de opacidade e despesismo com novas concessões e PPP, na saúde como em todas as áreas. A exigência é reverter para a gestão pública o que nunca deveria ter sido entregue a privados.

O acordo feito com o governo para a vinculação dos precários e precárias da função pública é uma das medidas de maior alcance do Orçamento do Estado. Depois

de anos de precarização, existe agora um compromisso para garantir direitos que pode atingir largas dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Acompanhar o processo de vinculação, identificar os tantos casos de contratos precários e suas diversas modalidades, exigir que ninguém fique de fora e mobilizar nos vários setores para a exigência do cumprimento do acordo é a prioridade. No dia 10 de Dezembro, o Bloco mobiliza-se para um comício nacional onde dará a palavra a precários e precárias de diferentes setores da administração pública. Este é um processo complexo e que desencadeará enormes pressões, europeias e internas, para que não se concretize. É portanto um dos maiores desafios para a mobilização social nos próximos largos meses.

Também no mundo do trabalho, é preciso levar mais longe a recuperação de direitos. A atual legislação retira aos sindicatos e trabalhadores a possibilidade de recuperar salários e condições de trabalho, mantendo a caducidade das convenções coletivas. Para além do aumento do salário mínimo nacional, a devolução ao movimento sindical a liberdade de negociação dos instrumentos de contratação coletiva e reposição do princípio do tratamento mais favorável é uma prioridade para o Bloco de Esquerda.

A imigração é uma área em que se registam retrocessos, com o reforço do autoritarismo e da arbitrariedade do SEF, que coloca sucessivos entraves à concessão de autorização de residência a dezenas de milhares de imigrantes, a grande maioria dos quais trabalha e desconta há anos para a segurança social, enfrentando situações de grande precariedade e de sobre-exploração, à mercê das redes de tráfico humano que promovem a escravatura em pleno século XXI. A indignação contra a hipocrisia do Estado português, pela cidadania plena e por direitos iguais saiu à rua em 13 de Novembro, numa manifestação de milhares de imigrantes que teve ainda o mérito de reduzir a provocação xenófoba e racista do PNR à sua real dimensão. O Bloco de Esquerda saúda as iniciativas promovidas por dezenas de associações de imigrantes, na rua e nas galerias da Assembleia da República, onde prossegue o debate na especialidade do projeto de lei do Bloco que introduz alterações à Lei de Imigração para facilitar o acesso à cidadania e garantir o respeito pelos direitos humanos dos imigrantes e refugiados.

6. ELEIÇÕES REGIONAIS DOS AÇORES

A Mesa Nacional congratula-se com os resultados eleitorais nas eleições legislativas regionais do Açores e felicita todos os ativistas e simpatizantes do Bloco de Esquerda Açores. Foi o melhor resultado de sempre do Bloco de Esquerda em eleições regionais nos Açores, recuperando o grupo parlamentar e elegendo, pela pri-

meira vez, pelo círculo eleitoral de São Miguel. O Bloco de Esquerda foi o partido que mais cresceu, aumentando a sua votação em todo o arquipélago, e elegeu dois deputados: Zuraida Soares, pelo círculo de São Miguel, e Paulo Mendes pelo Círculo Regional de Compensação.

O objetivo de retirar a maioria absoluta ao Partido Socialista não foi alcançado. O PS elegeu 30 deputados do total de 57 parlamentares da Assembleia Legislativa Regional, o PSD 19, o CDS-PP 4, o Bloco de Esquerda 2 e o PCP-PEV e o PPM elegeram 1 deputado cada. Em relação às anteriores eleições, em 2012, os socialistas perdem um deputado tal como o PSD, enquanto o CDS-PP e o Bloco de Esquerda ganham um cada. O PCP-PEV e o PPM mantêm um deputado cada.

O Bloco de Esquerda elegeu como prioridades no novo mandato na ALRA a alteração da lei de ordenamento e gestão do espaço marítimo e do estatuto político-administrativo dos Açores, bem como o combate às desigualdades sociais.

7. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2017

O próximo ano será de intensa mobilização para o combate político das eleições autárquicas de setembro/outubro de 2017. Seguindo a resolução da última Mesa Nacional, muitas das distritais do Bloco de Esquerda realizaram durante os meses de outubro e novembro jornadas autárquicas para definir linhas programáticas e prioridades de ação.

Os princípios das candidaturas do Bloco de Esquerda foram já definidos na Convenção Nacional de julho último e os eixos políticos do Bloco de Esquerda para estas eleições estão identificados: uma nova agenda para o território e para a democracia local que promova o direito à habitação, a conquista da mobilidade sustentável, novas políticas ambientais, direitos sociais inclusivos e exigência de transparência e participação democrática.

É agora o momento das assembleias concelhias reunirem-se para começarem a preparar as candidaturas. Esse trabalho deve ser feito até ao final de janeiro, para permitir um debate programático amplamente participado que dará corpo à Conferência Nacional Autárquica a realizar a 18 de fevereiro de 2017. O Bloco coloca como objetivo eleitoral o crescimento da sua representação autárquica a nível nacional.

8. PRÓXIMAS INICIATIVAS SETORIAIS

Os grupos de trabalho constituídos no anterior mandato da Mesa Nacional melhoraram a participação dos aderentes em torno de algumas áreas essenciais. Da agricultura à saúde, o Bloco de Esquerda tem hoje grupos capazes de reflexão, mobilização e proposta. Esse trabalho

inicial deve ser aprofundado e os dinamizadores devem renovar o apelo e as oportunidades de participação de todo o partido.

O Encontro do Interior reúne no próximo dia 10 de dezembro o ativismo por uma agenda de coesão territorial. Durante o primeiro trimestre de 2017, as prioridades desse trabalho de mobilização setorial são a realização de jornadas do ambiente e da cultura e de debates descentralizados sobre política para a floresta e sobre as questões dos direitos das pessoas com deficiência. Na educação, será dada prioridade ao debate público sobre a gestão democrática das escolas. Na área laboral, o compromisso é popularizar o debate e mobilizar para a reversão das medidas gravosas do Código do Trabalho; só a mobilização pode acelerar e consolidar conquistas legislativas em nome de quem vive do seu trabalho.